

007.4.55.O

Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2018-
CD 23:32

Publ.: DCD - 2/20/2018 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
165

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2018, sobre a aprovação do Decreto nº 9.288, de 2018, relativo à intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é interessante, a esta altura do nosso tempo aqui, da sessão, verificar como é improvisado esse decreto. Como foi bolado, numa madrugada pós-carnaval, o decreto de intervenção militar? Porque ele é militar. Está escrito lá que o cidadão Comandante do Exército vai ocupar um cargo de natureza militar. Porque ele é um general da ativa, ele não é um general de pijamas. E está ocupando um cargo civil, e isso é inconstitucional.

Em segundo lugar, eles não tiveram a delicadeza e a sabedoria política de colocar uma explicação sobre o decreto. Ele não tem explicação, ele não tem motivação. A ditadura militar fez dois decretos de intervenção e tinha a justificativa. Este não tem justificativa. É um improviso total! Este aqui é o campeão do improviso.

O Ministro Raul Jungmann, que não sei se ainda está presente aqui, deu uma entrevista coletiva e falou que vai precisar de mandados coletivos de busca, apreensão e prisão. Agora à noite, correndo até aqui, ele deu outra entrevista e disse: "*Prisão, não! Só de busca e apreensão*". Ou seja, nós podemos invadir todas as casas de trabalhadores. Só não se pode fazer uma prisão coletiva, porque isso seria um campo de concentração. Nazista! É disso que se trata.

Isto aqui é um improviso. Quem quer uma ação de segurança pública tem que planejar globalmente. Segurança pública não é só polícia, não é só arma, é educação, é saúde, é planejamento estratégico, é inteligência policial, é investigação. Não há nada disso neste decreto. É botar a tropa na rua e dar satisfação, desviar o foco da crise para a segurança pública.

Eu espero que esta Casa não entre com uma agenda de criação de um Estado penal, em vez de criar o Estado do bem-estar social. É disto

que se trata: querem criar um Estado penal aqui.

Eu acho que nós temos que rejeitar e repudiar essa hipótese.